

FOR. PEI 2021

ANAIS

Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI)
Belém do São Francisco-PE | n.3 | 42 p. | 2021

**Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco
(FACESF)**

Direção Acadêmico

Luis Geraldo Soares Lustosa

Coordenação Geral

Daniela Pereira Novacosque

Coordenação de Pós-Graduação

Dayara de Kássia Sá Sampaio Soares Lustosa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa NPQ FACESF

Phablo Freire



Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte. Solicita-se permuta/exchanges dedired.



FOR. PEI 2021

Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI)	Belém do São Francisco-PE	n.3	42 p.	2021.
--	---------------------------	-----	-------	-------

Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI)

Editor Chefe

Phablo Freire (FACESF, Brasil)

Equipe Editorial

Luís Geraldo Soares Lustosa (FACESF, Brasil)
Plínio Pacheco Oliveira (FACESF, Brasil)
Débora Alves de Amorim (FACESF, Brasil)
Daniela Pereira Novacosque (FACESF, Brasil)
Marcos Antonio Alves de Vasconcelos (FACESF, Brasil)
Geyza Kelly Alves Vieira (FACESF, Brasil)
Ana Rosa Brissant de Andrade (FACESF, Brasil)
Márcio Rubens de Oliveira (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Emmanuelle Alves Santos (FACESF, Brasil)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Janildo Lopes da Silva / CRB4/929

<p>Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção – FOR-PEI (1.,:2019, Belém do São Francisco, PE). Anais [recurso eletrônico] / Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção – FOR-PEI, n. 1. ---- Belém do São Francisco, PE: FACESF, 2019-53 p.</p> <p>Anual</p> <p>ISSN 2764-0124</p> <p>Disponível em: World Wide Web: https://periodicosfacesf.com.br/index.php/FOR-PEI/index</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento – Congressos.</p> <p>001.89(063) 0024/2019.</p>

Publicação Anual | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 – Centro - CEP: 56440.000 - Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico e-mail: npg@facesf.edu.br <https://periodicosfacesf.com.br/>

SUMÁRIO

GT1: PESQUISAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E PENSAMENTO CRÍTICO CONTEMPORÂNEO

Modalidade pesquisa científica	7
Modalidade Relato de experiencia em atividade extensionista	23

GT2: SAÚDE E INTERDISCIPLINARIDADE- TEORIA, METODOLOGIA E PRÁXIS

Modalidade pesquisa científica	26
Modalidade Relato de experiencia em atividade extensionista	38

APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco, através do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação (NPQ) e do Núcleo de Extensão e Atividades (NEAC), realiza em 2020, o Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI), com o objetivo de promover o encontro entre pesquisadores e pesquisadoras e publicização de pesquisas e atividades extensionistas científicas e culturais realizadas por professores e estudantes pesquisadores oriundos da Facesf e demais Instituições de Ensino Superior no Sertão Pernambucano, mirando a construção coletiva do conhecimento científico e sua pulverização. O FOR-PEI é um Fórum de alcance regional voltado para promover a produção do conhecimento a partir da pesquisa e extensão acadêmicas.

COMISSÃO ORGANIZADORA FOR-PEI

**GT1:
PESQUISAS TEÓRICAS
E EMPÍRICAS EM CIÊNCIAS
SOCIAIS E PENSAMENTO CRÍTICO
CONTEMPORÂNEO**

MODALIDADE PESQUISA CIENTÍFICA

NORMA E DISCURSO LAICO: UMA DISCUSSÃO SOBRE EFETIVIDADE E AS CONDIÇÕES PARA SUPERAÇÃO DO PENSAMENTO ABISSAL A PARTIR DA PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE PAULO FREIRE.

Jeifa Alice Gericó (FACESF)

Introdução: Em 1921 nasce Paulo Freire, educador, pedagogo e filósofo brasileiro; que situa seus estudos e “método” acerca da educação no contexto de práxis, num diálogo entre a sociedade e a construção da democracia. Neste processo a educação é uma forma de intervenção no mundo, por ser especificamente humana e por compreender a totalidade do contexto social e cultural dos sujeitos. Freire (2010) propõe uma pedagogia baseada na ética, no respeito à dignidade e à autonomia dos estudantes. Provoca-os a se assumirem como sujeitos da aprendizagem social, histórica e cultural. Nesse contexto, Freire entrelaça docência e discência e defende que o papel da educação é possibilitar a produção e construção de conhecimentos, em um contexto em que educador e educando são sujeitos do processo. Em 2021 celebra-se o centenário do Patrono da Educação Brasileira (Lei 12.612/2012), oportunidade para debates e reflexões sobre a atualidade dos estudos de Freire e suas possíveis contribuições na efetividade e na construção de condições para superação do pensamento abissal a partir de sua metodologia. Desta forma, o presente estudo tem o **objetivo geral:** de apontar possibilidade de superação do pensamento abissal em matéria laica a partir da aplicação dos métodos pedagógicos de Paulo Freire e **objetivos específicos:** 1. Apresentar aspectos conceituais sobre discurso laico, laicidade crítica e pensamento abissal; 2. Identificar as categorias discursivas da metodologia de Paulo Freire; e 3. Articular os resultados à teoria da laicidade crítica e de condições para superação do pensamento abissal. Para o procedimento de análise, optou-se pelo método de triangulação teórica a partir do cruzamento de três agrupamentos teóricos: 1) Teorias dogmático jurídicas da laicidade (Pena-Ruiz; Freire); 2) Métodos pedagógicos de Paulo Freire (Freire); 3) Emancipação e interculturalidade (Souza Santos; Baldi). **Considerações finais (parciais)** é a partir de um movimento dialético que o pensamento freireano reflete sobre o processo educacional e atribui como dinâmica a reflexão crítica sobre a prática, seus estudos reconhece que a educação em si mesma não é suficiente para superar as injustiças sociais, tendo como fim a transformação da sociedade a partir da democracia, do exercício da liberdade. A mudança depende que os sujeitos, inseridos nos processos educativos, assumam-se como protagonistas da própria libertação, ou seja, no momento em que os seres humanos, inseridos em um processo educativo dialético, pelos movimentos de ação-reflexão, exercitam a autotransformação.

Palavras-chaves: Discurso Laico. Pensamento Abissal. Paulo Freire.

CIDADANIA, MAQUIAGEM VERDE E TEORIAS DECOLONIAIS: ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO (ADC) DE NOTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM RELAÇÃO AO DESMONTE DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Bruna Isabel Santos Cruz (UFPE)
Pedro Henrique Alves Santos (FACESF)

Introdução: A prática de ‘maquiagem verde’ que vinha sendo muito denunciada em empresas privadas, começou a ser apreendida também nas organizações públicas. Autores associam a ideia de narcisismo nacional à necessidade de passar uma imagem pró-ambiental da nação, como uma resposta às crescentes demandas por um desenvolvimento sustentável. Entretanto, a ausência de um interesse genuíno na questão pode ocultar diretamente aspectos e setores econômicos, momento em que os agentes políticos apostam em ideias que parecem trazer ações ecológicas, mas não se traduzem em melhorias reais, apenas maquiando suas intenções verdadeiras. O presente estudo concentra-se na análise de nota publicada por servidores públicos denunciando tal prática referente ao Ministério do Meio Ambiente vinculado à gestão federal brasileira (2019-2022). **Objetivo geral:** discutir o discurso de servidores públicos federais em relação à denúncia de prática de ‘maquiagem verde’ praticada por gestor público e as implicações jurídicas cidadãs a partir das teorias (de)coloniais. **Objetivos específicos:** 1. expor o contexto sociopolítico formado a partir da modernidade e da colonialidade; 2. descrever a prática de maquiagem verde, ideologia e cidadania; 3. identificar o discurso em nota publicada por servidores do Ministério do Meio Ambiente; 4. correlacionar os dados obtidos com os construtos teóricos das teorias decoloniais e da cidadania. **Método:** o presente estudo de abordagem qualitativa, tem propósito descritivo e, tipologicamente, se configura como estudo de caso. Na fase de procedimento de coleta selecionou-se a ‘Nota dos servidores do MMA sobre mais uma reestruturação do Ministério do Meio Ambiente’ publicada em meio digital. Para a fase de análise dos dados adotou-se a Análise Crítica de Discurso (ACD) por Viviane Resende e Viviane Vieira, a partir da perspectiva de Norman Fairclough. **Resultados esperados:** O termo ‘maquiagem verde’ vem do verbete *greenwashing* que, conforme a definição do *Concise Oxford English Dictionary*, se refere à disseminação de desinformações por uma organização com o intuito de passar uma imagem pública ambientalmente responsável, mas que pode ser percebida como infundada ou intencionalmente enganosa. As reiteradas ações do Ministro do Meio Ambiente em relação à estrutura e funcionamento da pasta criticada tanto externa, como internamente, deu força à manifestação do corpo efetivo do Ministério. Enquanto o gestor recorreu-se ideologicamente da prática de ‘maquiagem verde’, os servidores identificaram o processo e comunicaram a sociedade através da nota. O discurso da nota tem potencial de demonstrar o processo de colonialidade, por exemplo, ao denunciar a prática do gestor em retirar as atribuições do ICMBio e concentrá-las em uma nova pasta no Ministério, como também a prática de maquiagem verde que produz o esvaziamento das iniciativas e ações em prol do meio ambiente enquanto favorece uma agenda política e, ainda como uma forma de concentração do poder, na subalternização dos servidores especialistas em meio ambiente, além do processo de alienação através da desinformação veiculada, causando impactos administrativos, ambientais, políticos e na efetividade de uma prática cidadã.

Palavras-chaves: Maquiagem Verde. Cidadania. Teorias Decoloniais. Análise Crítica de Discurso (ACD).

RACISMO, NECROPOLÍTICA E LIBERALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DISCURSIVA (ADC) DO JARGÃO ‘BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO’ EM FALAS PROFERIDAS POR AGENTES POLÍTICOS.

Pedro Victor Ferreira Cavalcante (FACESF)

Introdução: A presente pesquisa emerge de um cenário onde agentes políticos, têm cada vez mais utilizado discursos sobre a morte e vilipêndio de direitos fundamentais de iniciados, processados, condenados ou apenados como forma de angariar popularidade entre a população, com possíveis prejuízos ao correto funcionamento da democracia e a construção de seus princípios essenciais. **Problema da pesquisa:** Como os fenômenos do racismo estrutural, da necropolítica e da ideologia criam a figura do indivíduo merecedor de expurgo, a qual é difundida por agentes políticos e seu comprometimento a construção de uma cultura de princípios implicitamente reconhecidos? **Objetivos específicos:** 1.) conceituar racismo estrutural e necropolítica a partir de Silvio Almeida (2021) e ideologia através de Thompson (2011); 2) utilizar a criminologia crítica a partir de Vera Malagutti Batista (2021) para desenvolver como o racismo cria a figura do criminoso merecedor de eliminação social 3) conceituar “cultura política de princípios implicitamente reconhecidos, a partir dos escritos de John Rawls (2011) 4) apontar o processo de manipulação ideológica dos discursos proferidos por agentes políticos e como ele prejudica a formação de uma cultura pública de princípios democráticos implicitamente reconhecidos. **Método:** O estudo se configura como uma pesquisa qualitativa-descritiva, do tipo documental. Na fase de coleta de dados, a análise recai sobre falas proferidas em redes sociais ou entrevistas concedidas a imprensa por agentes políticos com mandados exercidos desde o início da atual legislatura do Presidente da República (2019-2022), referentes a expressões emitidas pelo próprio Chefe do Executivo Federal e parlamentares federais politicamente alinhados com o presidente, utilizando como critério de inclusão falas iguais ou inspiradas no jargão ‘bandido bom é bandido morto’, adotando-se como método de análise a Análise Crítica do Discurso (ADC), por meio das categorias analíticas da interdiscursividade e da função identitária no discurso, além da verificação dos modos de operação ideológicos. **Fundamentação teórica:** Segundo Silvio Almeida (2021) o racismo estrutural representa um processo histórico e político que cria as condições necessárias para que direta ou indiretamente pessoas negras sejam submetidas a segregação sistêmica, sobretudo a morte através daquilo que Achille Mbembe (2018) define como necropolítica ou necropoder, onde determinadas populações são marcadas para morrer, seja mediante ações diretas do Estado para sacrificá-las ou omissões quanto a seus direitos básicos, tudo isso consubstanciado graças ao método ideológico do expurgo do outro, que através do racismo encontra na pessoa do indivíduo negro, constantemente criminalizado, o método para sua materialização; incentivada por discursos políticos que carregam o apoio da massa popular e prejudica a criação de uma cultura política de princípios democráticos implicitamente reconhecido nas concepções de bem de cada cidadão; **Resultados esperados:** A criação, através do racismo, da figura do indivíduo merecedor de segregação e violação de direitos, o qual, encontra na necropolítica a forma de traçar planos para morte de tais pessoas consideradas ideologicamente como inimigas comuns a serem combatidas devido a sua criminalização por discursos como aqueles proferidos através do ‘bandido bom é bandido morto’; muito difundido por agentes políticos com mandados em exercício, o que, em vez de fortalecer a criação de uma

cultura de princípios democráticos como assevera Rawls (2011), auxilia na segregação e genocídio da população preta brasileira.

Palavras-chave: racismo. necropolítica. liberalismo.

MUDANÇA DE RITO TEMPORÁRIA COMO POSSIBILIDADE PARA OS IMPEDIMENTOS DE PRISÃO CIVIL DE DEVEDOR DE ALIMENTOS EM MEIO A COVID-19

Isadora Cavalcanti Moreira (UNIVASF)

Introdução: A prisão civil do devedor de alimentos é um instrumento coercitivo para cumprimento de obrigação alimentar pelo responsável inadimplente, para que o mesmo se sinta pressionado a cumprir com a obrigação alimentar. Durante a pandemia do COVID-19 a prisão civil do devedor de alimentos foi suspensa e se passou a discutir qual seria a medida plausível dentro do cenário pandêmico uma vez que a necessidade do alimentado é emergencial, e muitas vezes tem sua necessidade quanto aos alimentos não suprida. **Objetivo geral:** A presente pesquisa objetiva discutir, a partir de posicionamento do STJ, o que pode ser feito como meio coercitivo ante a impossibilidade da prisão civil do devedor de alimentos na pandemia COVID-19. **Objetivo Específico:** A presente pesquisa pretende analisar a possibilidade de flexibilizar a mudança de rito de prisão civil para constrição de bens, como solução temporária para satisfação da obrigação dos alimentos recentes. **Método:** Artigo no formato ensaio, com pesquisa qualitativa teórica, em que se adotou como método de coleta a revisão bibliográfica, com análise de REsp 1914052/DF. **Resultados:** O REsp 1914052/DF, que tem como Relator o Ministro Marco Aurélio Bellizze, da terceira turma do STJ, julgado em 22/06/2021, traz uma solução interessante para a impossibilidade de prisão civil do devedor de alimentos durante a pandemia COVID-19. Enquanto outros julgamentos do STJ traziam como solução a suspensão da prisão civil do devedor de alimentos ou a decretação da prisão domiciliar do devedor de alimentos, no julgamento desse recurso foi entendido pela possibilidade de mudança de rito da prisão civil para a penhora enquanto durar a pandemia, não sendo uma mudança definitiva. Diferentemente das outras posições anteriormente apresentadas, essa traz uma solução mais efetiva no ponto de vista de garantir a finalidade coercitiva quanto a prestação de alimentos em relação aquele que necessita de forma urgente da prestação dos alimentos. Importante ressaltar que não se trata de uma cumulação de ritos de procedimentos diferentes, mas de uma flexibilização em que a proteção a prestação de alimentos aos que necessitam é colocada como prioridade. **Considerações finais:** Foi possível identificar no julgamento do referenciado recurso a proteção a necessidade da prestação dos alimentos recentes, ante a flexibilização de conversão de rito de forma temporária, podendo assim, mesmo que em uma ação originalmente de prisão civil serem realizados atos de constrição de bens a fim de garantir a satisfação da execução, mas com a ressalva que caso esse meio não seja exitoso ou encerrando a pandemia, seja possível o retorno ao rito da prisão civil do devedor de alimentos.

Palavras-chave: Prisão civil. Devedor de alimentos. Atos de constrição. Pandemia.

PROBLEMAS REAIS E ATUAIS À LUZ DO FILME “TROPA DE ELITE”

Jamily Alves Freire (FACESF)
Leonardo Barreto Ferraz Gominho (ESTÁCIO/FAL)

Com a finalidade de acentuar o direito a segurança, analisando a atual vertente dessa garantia no qual não é proporcionada de modo conveniente. Tal garantia é composta de múltiplos desafios que são refletidos durante o estudo do trabalho. Nesse sentido, no anseio de examinar sobre os desafios, visando conceder essa garantia a sociedade, é sugerido a aplicação das penas alternativas, a fim de que se alcance a ressocialização, de maneira que o condenado esteja reabilitado quando sair da prisão. Será analisado, ainda, o percurso para a tentativa de oferecer esse direito aos seus titulares, salientando a violência dos policiais, em que constantemente infringem as legislações. Essas adversidades são narradas no filme “Tropa de Elite”, no entanto essas situações persistem até os dias atuais e devido a isso é importante frisá-las.

Palavras- chave: Direito a segurança. Violência. Favelas.

A PARIDADE DE ARMAS NA INVESTIGAÇÃO PRE-PROCESSUAL ENTRE DEFESA E ACUSAÇÃO

Natanael Dias Reis (FACESF)

Introdução: É dever do Estado assegurar a paz e a segurança social, protegendo os direitos disponíveis e indisponíveis e a liberdade individual, é através desse direito objetivo que nasce o direito-dever por parte do Estado o direito de punir chamada de pretensão punitiva. Para que o Estado alcance a punição, precisa iniciar a persecução penal respeitando todos os direitos do artigo 5 da constituição federal. Para que a investigação criminal seja iniciada precisa de elementos comprobatórios mínimos do crime e de sua autoria. O inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal de caráter administrativo conduzido pela polícia judiciária para colher provas que comprove a autoria e materialidade delitiva, faz se necessário para que o ministério público ofereça a denúncia e não seja rejeitada diante do artigo 395 do código de processo penal porque vai estar presente os requisitos do artigo 41 do código de processo penal. Eugenio Pacelli (1978, p. 3.) o Processo Penal Diante da Constituição Federal de 1988 deve ser construída sob os rigores da lei e do direito, cuja observância é imposta a todos os agentes do poder público, de maneira que a verdade ou verossimilhança (certeza, enfim) judicial seja o resultado da atividade probatória licitamente desenvolvida. Disso decorrerá também a vedação das provas obtidas ilicitamente. Silva (1991, p.21) “A defesa é um meio e persegue um fim”.

Objetivo Geral: Tratar sobre a investigação criminal pré-processual para que seja compreendida a desigualdade entre ministério público e advogado na produção de provas, que pode ser solucionada pelo poder legislativo ou jurisprudência. **Objetivos Específicos:** 1) Análise da investigação criminal pré-processual; 2) paridade de armas pré-processual; 3) Como solucionar. **Método:** Este artigo acolheu a abordagem qualitativa. Os métodos utilizados foram os artigos localizados no google e no google acadêmico por meio da frase “investigação criminal”. **Resultados:** Que para que o indivíduo seja condenado ou absolvido precisa de provas solidas, com veracidade e que não reste dúvida alguma a respeito dela, portanto para que isso aconteça, tanto o parquet, quanto o advogado precisa ter direitos que garanta a produção de provas em determinados órgãos de forma obrigatória para ambos. **Consideração finais:** Para que o Advogado possa ter acesso amplo e realizar diligências e produzir provas de forma ampla, ainda precisa ocorrer uma desconstrução do pensamento sobre a função do advogado, tanto nos tribunais superiores quanto no poder legislativo, pois não deve ser aceito a lógica de dar mais espaço a acusação porque condenada do que ao advogado porque defende um suposto criminoso.

Palavras-Chaves: Investigação criminal. Investigação criminal inquisitória. Investigação criminal pre-processual.

A SELETIVIDADE PENAL NAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA PRESENTES EM TENDA DOS MILAGRES DE JORGE AMADO

Miguel Henrique Cruz de Santana (UNINASSAU)

Introdução: A obra literária *Tenda dos Milagres* de Jorge Amado (AMADO, 2008) constitui a 2ª fase modernista da literatura brasileira, constituída pelo regionalismo e consciência de classe do atraso econômico e cultural da região nordeste do Brasil.

Objetivo Geral: Definir a relevância da obra *Tenda dos Milagres* de Jorge Amado na caracterização da seletividade penal sobre as religiões de matriz africana. **Objetivos Específicos:** 1º) Mapear o perfil do sujeito a sofrer a seletividade penal; 2º) Identificar a forma de caracterização do racismo na segurança pública; **Metodologia:** O estudo é qualitativo de método descritivo. **Resultados:** Para Sobreira et al (2016), um dos mecanismos de criminalização das religiões de matriz africana era a proibição de costumes religiosos que utilizavam ervas medicinais em enfermidades, no século XIX, estado do Maranhão pela Lei n. 241 de 1848 e n. 400 de 1858. Desde o período colonial, era registrada tentativas dos traficantes de almas, que se beneficiavam do tráfico ao implementarem a rivalidade entres pessoas escravizadas de diferentes grupos étnicos. Com o tempo, tais variâncias de dispositivos culturais, inclusive as religiosas, foram se regionalizando. Ramos e Masumeci (2005), sobre o elemento suspeito, questionam um policial, como um jovem negro deveria fazer para evitar tais abordagens, o policial falou que o jovem negro deveria mudar a imagem, aparentar “ter boa educação, mudar a dicção, arrancar o boné da cabeça, pentear o cabelo, vestir uma roupa melhor e falar melhor”. Outra característica que evidenciam nos sistemas racistas é utilizar do negro na própria corporação, para oprimir outros negros. Santos (2017), explica que na história do direito penal, o código de 1830 tratava como vadios, quem cometia os crimes de menor potencial ofensivo, as penas eram de multa ou encarceramento, geralmente a pena privativa de liberdade recaía em quem não possuía renda ou trabalho. No código penal de 1890, a vadiagem era contravenção penal e punia ébrios habituais e os “capoeiras”, com o agravamento da contravenção. 91,6% da população carcerária eram de enquadrados em contravenções penais, 8,5% de vadios. Lima (2004), aponta que a transição para o regime democrático não corrigiu as desigualdades raciais no campo da justiça criminal. O Mapa do Encarceramento, (BRASIL, 2015), de 2005 a 2012, explica que a população carcerária de pretos supera a de brancos, onde em 2012 chegou ao ápice de 295.242 pessoas pretas encarceradas. A ACNUR (IZSÁK, 2015) reporta o incomodo com intimidações e assédios dos discursos de ódio contra religiões de matriz africana. É evidenciado o impacto do evangelicalismo e da concentração da mídia nas mãos dos evangélicos, pelas representações estereotipadas e tentativas agressivas de conversão.

Considerações Finais: A obra de Amado, aborda a questão racial do pardo, a criminalização das religiões de matriz africana, a pela violência policial contra pretos, pobres, pardos e adeptos das religiões, e a questão da eugenia nas academias. De acordo com os relatórios da ACNUR se vê a necessidade de elaborar políticas ao combate da seletividade penal e do racismo nas corporações policiais, que permanece após a revogação da antiga “lei de vadiagem”.

Palavras-chave: Vadiagem. Jorge Amado. Tenda dos Milagres. Seletividade Penal.

“QUEM TEM FOME, TEM PRESSA”: UMA ANÁLISE SOBRE A INÉRCIA GOVERNAMENTAL ANTE UMA CRISE DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM PERÍODO PANDÊMICO

Lorena Novaes Ferra (FACESF)
Valéria Luna Araújo (FACESF)
Ítala Cristina da Cruz Santos (FACESF)

Introdução: Há uma percepção amplamente difundida que a pandemia causada por a covid-19 acarretou inúmeros problemas sociais, bem como acentuou problemas já existentes. Além das mortes causadas pelo vírus, a luta contra o desemprego e, conseqüentemente contra fome, ficou visível em diversas regiões do Brasil, fazendo-se necessárias discussões acerca desse referido problema na sociedade. **Objetivo geral:** O presente trabalho visa discutir a partir de uma análise da inércia estatal na objetivação da garantia de uma alimentação digna para todos, tendo como fundamento os elementos normativos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF, art. 1º, III; art. 6º; art. 7º, IV) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 23 e 25). **Objetivos específicos:** Apresentar as conseqüências causadas às famílias que sofrem com a insegurança alimentar durante o período pandêmico, bem como analisar o posicionamento governamental frente aos problemas sociais relacionados à fome que atinge as famílias brasileiras. **Método:** A pesquisa se qualifica como de natureza qualitativa, sendo utilizado no procedimento dados bibliográficos, articulados com dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Resultados:** Diante do cenário pandêmico, a fome e a miséria trouxeram à tona a necessidade de discutir a inércia governamental ante a sua responsabilidade na elaboração e manutenção de políticas públicas capazes de reverterem essa situação. De acordo com a pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), nos últimos meses de 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios sofreram algum grau de insegurança alimentar. O direito à alimentação está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 6º, faz parte das normas programáticas, ou seja, é uma espécie de norma que visa estabelecer metas que devem ser seguidas pelo Estado, através da adoção de políticas públicas inclinadas para tais finalidades de emergência e viés humanitário, ao ponto de garantir um parâmetro mínimo de qualidade de vida para todos, visando diminuir os impactos causados por problemas já existentes, mais que acentuaram ainda mais durante a pandemia. **Considerações finais:** A partir da análise sobre a temática é possível frisar que essa intempérie não é acontecimento recente, há anos o Brasil procura a estabilidade quando o assunto é minimizar a fome. Contudo, inúmeros programas foram criados com fundamento na melhoria de vida, porém, nem todos continuam ativos, e outros não dão a assistência necessária para o aparato das famílias de baixa renda e extrema pobreza. Desta forma, urge as implementações de políticas públicas, sobretudo, nesse período em que os brasileiros mais sofrem com o desemprego, fazendo-se a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana. **Palavras-chave:** Fome. Desemprego. Pandemia. Insegurança alimentar. Governo.

LAICIDADE CRÍTICA E PERFORMANCE CIDADÃ: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) DA LEI Nº 360/2006 DE TABIRA/PE E DA DECISÃO DA ADI Nº 0465512-1

Pedro Henrique Alves Santos (FACESF)

Introdução: No município de Tabira/PE foi sancionada a Lei nº 360/2006 que dispôs sobre a proibição da abertura de bares, da comercialização de bebidas alcoólicas e da realização de festas ‘profanas’ na ‘Sexta-feira Santa (Paixão de Cristo)’ e determinou que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a sociedade civil organizada estavam incumbidos de fiscalizar e denunciar o descumprimento desta lei que, entretanto, restou anulada em 2019 por decisão procedente da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0465512-1 movida pela Procuradoria Geral de Justiça no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Portanto, enveredou-se o presente estudo na análise da (re)produção da experiência social da laicidade e da cidadania a partir do discurso da lei municipal e da decisão. **Objetivo geral:** Desvelar a prática social laica e a performance cidadã (re)produzida através do discurso jurídico da Lei nº 360/2006 do Município de Tabira e da decisão da respectiva Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0465512-1. **Objetivos específicos:** 1. Apresentar os aspectos conceituais sobre discurso jurídico, laicidade crítica e performance cidadã; 2. Identificar a ordem do discurso (gêneros, estilos e discursividades) na lei e na decisão que a declarou inconstitucional; e 3. Articular os resultados à teoria crítica da laicidade e noção de cidadania. **Método:** no presente estudo qualitativo do tipo estudo de caso e com propósito descritivo, será adotado como procedimento de coleta a seleção da Lei nº 360/2006 do Município de Tabira, no estado de Pernambuco, e a decisão procedente da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0465512-1. Para o procedimento de análise, optou-se pela Análise Crítica de Discurso (ACD) na perspectiva de Norman Fairclough, valendo-se da categoria analítica-discursiva da ordem do discurso e as subcategorias: gêneros, estilos e discursividades. **Resultados parciais:** A partir de uma leitura flutuante, o discurso da lei municipal enquanto instrumento limitador das liberdades laicas e econômicas ancora-se em um feriado nacional fundamentado no elemento religioso cristão, ou seja, limita as (inter)ações sociais por constituir um recurso de privilégio social para os cristãos e de proibição para os não-cristãos, logo (re)produzindo sentidos de aceitação e negação no espaço público e (re)forçando identidades sociais desiguais para os cidadãos de Tabira/PE. Enquanto o discurso da decisão ao reconhecer a inconstitucionalidade da lei, anulou o instrumento a partir da flagrante inconstitucionalidade, fundamentando-se em sentidos de igualdade dos indivíduos perante as normas laicas e dispositivos constitucionais referente à liberdade econômica, possibilitando um reposicionamento identitário dos tabirenses e um convívio igualitário. **Considerações finais:** Considerando a laicidade enquanto prática social e a performance cidadã, o imperativo normativo da lei municipal obsta a prática cidadã dos não-cristãos significada como ilegítima no espaço público em detrimento da proteção do feriado enquanto modo de distribuição do poder, pois não bastando o reconhecimento nacional dela pela União, delimitou-se uma frente para proibir a realização de festas “profanas”, comercialização de bebidas e abertura de bares. Tal conteúdo prático não é enfrentado pela decisão que julga procedente a inconstitucionalidade, limitando-se ao aspecto normativo constitucional.

Palavras-chaves: Laicidade crítica; Cidadania; Análise Crítica de Discurso (ACD).

ALTERNATIVAS PARA CONSOLIDAR UM MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL EM UM CENÁRIO DE DESASTRES DECORRENTES DA AÇÃO HUMANA

Jamily Alves Freire (FACESF)
Leonardo Barreto Ferraz Gominho (ESTÁCIO/FAL)

Com o escopo de refletir sobre a importância do meio ambiente, especialmente quanto a ação humana que debilita o biosistema, destaca-se períodos que cooperaram para essa fragilidade vir à tona e sobretudo dá enfoque em alternativas para fortalecer o ecossistema. Destarte, será analisada a consequência advinda com a Revolução Industrial que inaugura o consumismo desenfreado e, posteriormente, os problemas ambientais advindos; partindo para ressaltar o amparo jurídico para a proteção ao meio ambiente diante da inegável repercussão de degradação ambiental; abordando as legislações em vigor para proteção ambiental sustentável na intenção de garantir um ecossistema viável as futuras gerações, conforme assegura a Constituição Federal, em seu artigo 225. Serão feitas considerações acerca de desastres ocorridos no estado de Minas Gerais, bem como no acontecido que o filme “A qualquer preço” que retratam a imprudência do ser humano.

Palavras-chave: Meio ambiente. Revolução industrial. Sustentabilidade.

LAICIDADE CRÍTICA, TEORIAS DECOLONIAIS E INTERSECCIONALIDADE: OS USOS DO ELEMENTO RELIGIOSO ENQUANTO (RE)PRODUTORES DE ESTIGMAS SOCIAIS

Pedro Henrique Alves Santos (FACESF)

Introdução: O elemento religioso, a partir da modernidade e do processo de secularização dos Estados modernos ocidentais, foi articulado de variadas maneiras nos modos de (re)produção de práticas sociais para a formação do ‘Novo Mundo’, este capitalista e eurocêntrico. Estando intrinsecamente interligado com o fenômeno jurídico da laicidade e da cidadania, o manuseio do elemento religioso reverbera as dinâmicas sociais entre os grupos religiosos e não-religiosos no espaço público e nas relações interpessoais, possibilitando a transmissão de estigmas sociais e processos de subalternização ancorado numa dinâmica colonial de (re)elaboração das identidades e classificação social e, deste modo, obstando a experiência da cidadania e da efetividade da norma laica. **Objetivo geral:** apreender os usos do elemento religioso a partir do discurso laico enquanto categoria interseccional, psicossocial e (de)colonial para estudos jurídicos. **Objetivos específicos:** 1. enunciar a bidimensionalidade do direito para a construção de estudos jurídicos descritivos; 2. apresentar a relação teórica entre os usos sociais e jurídicos do elemento religioso, o discurso laico e as teorias (de)coloniais; 3. expor os construtos teóricos psicossociais da constituição das identidades a partir dos aspectos de estigma e sua relação com os processos jurídicos; 4. discutir os usos do elemento religioso a partir do discurso laico enquanto categoria interseccional, psicossocial e (de)colonial para estudos jurídicos. **Método:** o presente estudo exploratório e de abordagem qualitativa é formado a partir da articulação de dados bibliográficos e documentais. **Discussão teórica:** A modernidade enquanto sistema-mundo articulado através de um novo modelo político e ideológico pautado no capitalismo, no eurocentrismo e na colonialidade do poder, desde o século XVI tem estruturado as relações sociais. O fenômeno jurídico que não passou despercebido neste processo, tem principal papel na dinâmicas de poder e dominação de grupos sociais e, em específico, o fenômeno social da laicidade constitui uma forma específica de (re)elaboração dos sentidos presente nas interações sociais marcadas pelo elemento religioso, determinando diferentes modos de experimentar a cidadania, pois atinge tanto os modos de identificação e posicionamento social, como a distribuição e o exercício de poder, logo possibilitando dinâmicas de subalternização cruzadas com as lentes de raça, gênero e classe. Um dos elementos articulados nesses processos é a transmissão de estigmas ou estimas sociais que, articulados no discurso jurídico, afetam os processos identitários e classificam os indivíduos, atribuindo papéis sociais que produzem a aceitação ou rejeição dos indivíduos no cotidiano. A identificação e o desvelamento deste processo que constituem discursos laicos possibilitam a análise da efetividade da norma laica e, portanto, da experiência prática da laicidade e da cidadania, sendo um modo descritivo de observar o fenômeno jurídico. Assim, os usos do elemento religioso na prática social e jurídica podem ser observados enquanto uma categoria interseccional, psicossocial e decolonial, ancorados na perspectiva da laicidade crítica voltada aos processos identitários a partir do aspecto de estigma.

Palavras-chaves: Laicidade crítica. Teorias decoloniais. Interseccionalidade. Teorias psicossociais.

A GUARDA COMPARTILHADA E O DIREITO À CONVIVÊNCIA: ANÁLISE DA DECISÃO DO RECURSO ESPECIAL N.º 1.878.041 - SP

Leonardo Barreto Ferraz Gominho (FACESF)
Irailde da Silva Gomes (FACESF)

Introdução: Dentro do debate da guarda compartilhada e a efetivação do direito à convivência, surge uma circunstância específica que implica em variados conflitos familiares: o fato de os genitores possuírem domicílio em cidades distintas. Em 2021, por meio de decisão monocrática, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu pela possibilidade da guarda compartilhada com genitores que residirem em cidades diversas. Portanto, o presente estudo consiste na análise desta decisão em relação à legislação, doutrina e jurisprudência brasileira. **Objetivo geral:** discutir o instituto da guarda compartilhada e o direito à convivência com enfoque na decisão do Recurso Especial nº 1878041-SP a partir da doutrina e jurisprudência brasileira. **Objetivos específicos:** 1. Abordar os conteúdos legais, doutrinários e a jurisprudência brasileira acerca do instituto da guarda compartilhada e o direito à convivência; 2. Analisar o caso concreto e a decisão do Recurso Especial nº 1878041/SP; 3. Discutir o texto da mencionada decisão a partir do conteúdo teórico e doutrinário, tratando, inclusive, das inovações ou retrocessos referentes ao instituto da guarda compartilhada e do direito à convivência. **Método:** a presente proposta de estudo tem propósito descritivo para tratar das características da decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1878041-SP. Na fase de coleta de dados selecionou-se o objeto de estudo, ou seja, o inteiro teor do acórdão do Recurso Especial n.º 1878041-SP, proferido pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, em sistema de jurisprudência próprio. O estudo do tipo documental, forma-se através das seguintes articulações de dados bibliográficos: a) dispositivos constitucionais e infraconstitucionais; b) doutrina; e c) jurisprudência, ambos relativos ao tema da guarda compartilhada e, se possível, a discussão sobre a possibilidade de concessão deste instituto para pais com residências em cidades distintas. Estes dados articulados formarão o arcabouço em que será analisado o objeto de estudo. **Resultados esperados:** A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça esbarra num debate que perdura desde o advento da Lei Federal n.º 13.058/2014. A difícil distinção social entre os institutos da guarda compartilhada e da guarda alternada acaba gerando conflitos como este ora discutido. A guarda compartilhada, que não apreende apenas o sentido físico de divisão do período de convivência, está interligada diretamente com a divisão e os alcances do poder familiar, podendo ser exercido e potencializado inclusive de modo digital, acompanhando as alterações das dinâmicas sociais, prevalecendo o melhor interesse das crianças e adolescentes. No que tange a possibilidade da concessão da guarda compartilhada para pais residentes em cidades distintas, no processo em questão, o genitor apresentou um plano de regime de convivência no momento de requerimento da liminar, este em segredo de justiça, mas que em termos gerais apresenta um aspecto positivo para a concessão. A decisão, de modo preliminar, não chega a mencionar a existência de utilização de equipe interdisciplinar para analisar os fatores psicossociais das partes, fato este que de certo modo representa um ponto negativo, pois, em casos de conflitos familiares como este, em que não há um consenso entre as partes, esta possibilidade daria força e fundamento para a tomada de decisão do juízo *a quo*.

Palavras-chaves: Direito das Famílias. Guarda Compartilhada. Direito à Convivência.

DESIGUALDADES MATERIAIS, INVESTIDAS NEOLIBERAIS E RESERVA DO POSSÍVEL: SAÚDE COMO PROBLEMA DE JUSTIÇA

André Luiz Pereira Spinieli (UNESP)
Ana Paula Rodrigues Nalin (UNESP)

Introdução: Compreender o direito humano à saúde enquanto uma questão afeita aos problemas de justiça social representa inseri-lo no complexo de atuações positivas exigidas às instituições estatais, a fim de encontrar respostas concretas ao sentido moral dessa garantia fundamental, à persistência de injustiças nessa esfera e aos problemas de distribuição não equitativa de recursos em termos de saúde. Se entendermos o direito humano à saúde enquanto possibilidade de participação plena dos sujeitos sociais nos projetos comunitários, então podemos afirmar que a ascensão e naturalização de políticas neoliberais nas últimas décadas não apenas influenciou negativamente a efetividade dos direitos sociais, mas também reduziu material, fática e juridicamente a capacidade prestacional das instituições estatais na medida em que permitiram a interpretação do direito à saúde como garantia que depende de custos impeditivos do desenvolvimento econômico. **Objetivo geral:** Partindo-se da compreensão de que a tese da reserva do possível funciona como mecanismo restritivo do acesso ao direito humano à saúde, indicando o impacto das políticas neoliberais sobre os direitos sociais, o objetivo deste trabalho é analisar a ideia de saúde como problema de justiça por meio do estabelecimento de um vínculo com a questão da reserva do possível. **Objetivos específicos:** Uma vez que investigar o direito humano à saúde sob o viés das teorias da justiça contemporâneas demanda a assimilação de uma concepção extensiva desse direito, destaca-se como objetivo específico a tentativa de afirmarmos que uma sociedade incapaz de garantir aos seus cidadãos condições legítimas e equânimes de acesso à saúde será necessariamente injusta. **Método:** Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva documental, de cunho bibliográfico. Para o seu desenvolvimento, recorre-se fundamentalmente à literatura específica sobre o direito à saúde, o impacto das políticas neoliberais sobre os direitos sociais e a produção da tese da reserva do possível. Adota-se como marco teórico a ideia de saúde como problema de justiça desenvolvida por Norman Daniels, pautada no estabelecimento de um diálogo frutífero com as políticas neoliberais responsáveis pela redução dos níveis de participação estatal na construção material dos direitos sociais. Assim, a hipótese de trabalho afirma que a existência de um vínculo estreito entre direito humano à saúde e reserva do possível se deve ao fato de que a introdução dos mecanismos neoliberais na esfera do direito produziu o achatamento das possibilidades de concretização dessas garantias. **Resultados:** A partir das teorias da justiça contemporâneas, entender a saúde como bem primário de sociedades igualitárias e justas implica compreender que o acesso a esse direito humano representa a materialização de expectativas sociais em larga escala, voltadas à produção de sujeitos plenamente cooperativos na comunidade política. O avanço neoliberal sobre os direitos sociais produziu limitações de natureza econômica à efetivação dessas garantias. **Considerações finais:** A relação entre saúde, neoliberalismo e justiça está firmada na ideia de que o avanço dessas políticas sobre a materialização dos direitos sociais deu abertura ao surgimento de teses limitativas dessas garantias. Isso fez com que o direito à saúde se tornasse frágil o suficiente para produzir sociedades necessariamente desiguais e injustas.

Palavras-chave: Direito à saúde. Neoliberalismo. Reserva do possível. Justiça social. Direitos humanos.

CIDADANIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CRIMINALIZAÇÃO POR VADIAGEM EM FRANCA-SP

André Luiz Pereira Spinieli (UNESP)
Letícia de Paula Souza (UFU)

Introdução: Localizado no interior do Estado de São Paulo, o município de Franca é reconhecido pela tradição na indústria calçadista e pela efetivação de expectativas socioeconômicas e urbanísticas da população. Apesar de a cidade ostentar relevantes índices de desenvolvimento humano, durante os anos de 2011 e 2012, Franca se tornou palco de diferentes violações da cidadania social e dos direitos humanos da população em situação de rua. O período remonta a um instante da história local em que foi arquitetada e institucionalizada uma política de higienização da pobreza que tinha como alvo as pessoas em situação de rua e, especialmente, sujeitos em conflito com a lei penal. A partir da atuação conjunta do Poder Judiciário, da Secretaria de Ação Social, da Polícia Militar e da mídia local, o objetivo desse mecanismo de repressão era retirar os *pedintes* e *mendigos* das ruas da cidade por meio da criminalização por vadiagem. **Objetivo geral:** O objetivo desta pesquisa é analisar a condição das pessoas em situação de rua enquanto detentores de cidadania social e direitos humanos na cidade de Franca, tendo como recorte os eventos ocorridos em 2011 e 2012, que tiveram o propósito de utilizar o direito penal como mecanismo de limpeza social e revitalização da ordem urbanística do município. **Objetivos específicos:** Uma vez que este trabalho analisa um problema específico ocorrido na cidade de Franca, mas que não se limita ao seu perímetro, destaca-se como objetivo específico a aproximação aos conceitos de cidadania social e direitos humanos e como são aplicados à vivência urbanística das pessoas em situação de rua. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva documental, de cunho bibliográfico. Foram utilizadas duas fontes principais de busca de informações sobre o caso, tendo como finalidade compreendê-lo de acordo com as próprias narrativas da época: em primeiro, fez-se uso de artigos científicos que abordaram especificamente o problema da cidade de Franca, assim como outros que indicam o uso do direito penal para a criminalização das pessoas em situação de rua; em segundo, empregou-se o mecanismo de busca de jornais locais e regionais, especialmente o atual Grupo Corrêa Neves (GCN), que representou a maior fonte de notícias a respeito do caso, inclusive com cobertura completa dos antecedentes e efeitos da política discriminatória. **Resultados:** O município de Franca foi responsável pela institucionalização de uma política de limpeza social da população em situação de rua a partir de uma ação organizada por diferentes atores político-sociais que determinam os trajetos da cidadania social, notadamente quais sujeitos podem ou não exercê-la. Se essa vertente da cidadania compreende a capacidade de todos os indivíduos usufruírem do mínimo de bem-estar social, podemos considerar a população em situação de rua como duplamente vulnerável: ao mesmo tempo em que eram sujeitos sem acesso à moradia (*homeless*), também foram tratados como pessoas sem direitos (*rightless*). **Considerações finais:** O emprego do direito penal enquanto política social de combate às pessoas em situação de rua representa o triunfo de grupos dominantes sobre os subjugados, limitando o acesso à cidadania social e aos direitos humanos. **Palavras-chave:** Pessoas em situação de rua. Cidadania social. Vadiagem. Criminalização. Direitos humanos.

**GT1:
PESQUISAS TEÓRICAS
E EMPÍRICAS EM CIÊNCIAS
SOCIAIS E PENSAMENTO CRÍTICO
CONTEMPORÂNEO**

MODALIDADE RELATO DE
EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE
EXTENSIONISTA

REVERBERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E OS MARCOS SOCIAIS DAS DROGAS

Anna Carolina da Silva Monteiro (FACESF)
Jussara Rafaela dos Santos (FACESF)

Este ensaio é uma síntese de dados sobre a atividade LivePsi realizada pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF), cujo objetivo é aproximar os discentes das práticas e discussões da psicologia. Após a Reforma Psiquiátrica que teve seu marco inicial em 1978 a ótica psiquiátrica clássica ainda é muito presente na sociedade brasileira que possui ainda cerca de 40 instituições de internação psiquiátrica ativas no território nacional, mesmo com os serviços substitutivos (CONSELHOR FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). A Lei nº 10.216/2002 que rege a atenção em saúde mental também orienta sobre a atenção aos dependentes químicos. Por mais que seja conhecimento que a atenção precisa ser desenvolvida em conjunto com o usuário, as ações são restritas. A perpetuação dos estigmas de saúde mental e na relação entre substâncias e dependência química está ambientada em todos os níveis de saúde. A precarização da atenção plena é um problema de saúde coletiva que necessita de intervenção em educação permanente em saúde com a equipe e com a comunidade, tendo o objetivo de compreender os aspectos ampliados sobre o uso de substâncias psicoativas e da dependência desta, frisando princípio básico da autonomia dos sujeitos e da subjetividade. As drogas estão na história da humanidade entre os períodos pré-históricos, conquistas territoriais, guerras, formações culturais e religiosas. A história da agricultura, do culto, das relações humanas e das relações de poder também está atrelada as drogas no decorrer do tempo, como o vinho, o ópio, a maconha e o tabaco. Não menos a história moderna não teria seus entrelaces entre as substâncias, da moralização e criminalização, ao cuidado e promoção à saúde do usuário (VARGAS, 2008). A história das substâncias psicoativas possui um percurso próprio e que possui entrelaces entre o discurso do colonizador e dos povos tradicionais. O primeiro com o uso elitizado inicialmente no uso das especiarias que foi trazido pelos colonos, além do câmbio que Cristóvão Colombo trouxe as Américas as primeiras sementes de cannabis, a utilização de bebidas alcoólicas e o uso xamânico dos povos indígenas nas diferentes etnias e sua conexão com o divino (VARGAS, 2008). Trazendo para um período mais próximo dentro do decorrer temporal a politização e moralização do uso das substâncias psicoativas, especialmente influenciada por políticas internacionais como a proibição do uso do álcool nos Estados Unidos da América redimensionou as políticas sobre drogas nos países do hemisfério sul-americano. É em 1938, com o Decreto-Lei nº 891/1938 que sugere a primeira política sobre repressão, tratamento e prevenção de drogas no Brasil, produto da Convenção Internacional do Ópio (HAIA, 1912) que foi alterado pela lei nº 6.368/1976 que se refere ao tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes (BRASIL, 2021; DIAS, 2008). A partir dessa lei compreendemos o que hoje produz um número massivo de encarceramentos de usuários de substâncias psicoativas e dependentes químicos. Sobre a perspectiva brasileira há a realidade de violência, ilegalidade e politização sobre as drogas. Jogada a margem social e demográfica, as periferias são alvo do combate às drogas e ao tráfico de drogas que se sustenta em envolvimento de pessoas em vulnerabilidade, insegurança social e repressão civil por meio dos traficantes e da polícia. A noção de cuidado com o usuário e o dependente químico, a perspectiva de que o acesso legal diminui o financiamento do tráfico e controle de qualidade do produto. Assim como o conceito de saúde pública na atenção e na

promoção de saúde e redução de danos são medidas já levantadas para o embate “contra as drogas”. Sai a ideia de criminoso e trata-se da questão de uma pessoa em sofrimento psíquico e social que está vulnerável. Esta é a pauta que tem sido trazida aos discursos sobre a política sobre drogas no Brasil. Não uma política direcionada ao extermínio de usuários de drogas e marginalização, mas de atenção e cuidado para os condicionantes de saúde dos dependentes químicos em situação de vulnerabilidade, a educação em saúde e ao fortalecimento de cidadania. A atenção em não tratar o usuário como criminoso, mas observar suas condições biopsicossociais e como e quais circunstâncias estão relacionadas o uso da droga. Desviando do conceito médico de repressão às drogas por meio de ações punitivas e violentas sobre o usuário e partindo do princípio multidimensional do cuidado. A atual atenção em saúde mental segue a ótica da Reforma Psiquiátrica e atende em Rede de Atenção Psicossocial. A história da Reforma Psiquiátrica é marcada pela luta civil de profissionais de saúde, familiares, usuários e comunidade pelo tratamento de qualidade e humanizado de pessoas com transtornos mentais. Posto isso, é necessário considerar os princípios da autonomia e do exercício de cidadania que regem as ações em saúde mental, na qual os dependentes químicos também são público alvo. Hoje o acompanhamento no tratamento em dependência química é regido pela noção de integralidade e liberdade ao sujeito, que assegura seu desejo em entrar, permanecer e concluir o tratamento no intuito de reduzir os danos causados pelas substâncias psicoativas mediante demandas singulares. Mesmo que atendidos dentro de equipamentos que são regidos pelos princípios e diretrizes do SUS e orientados pela Constituição Federal e a orientação em saúde no Brasil, novos serviços surgem. Por mais que seja conhecimento que a atenção precisa ser desenvolvida em conjunto com o usuário, as ações são restritas. A perpetuação dos estigmas de saúde mental e na relação entre substâncias e dependência química está ambientada em todos os níveis de saúde. A precarização da atenção plena é um problema de saúde coletiva que necessita de intervenção em educação permanente em saúde com a equipe e com a comunidade, tendo o objetivo de compreender os aspectos ampliados sobre o uso de substâncias psicoativas e da dependência desta, frisando princípio básico da autonomia dos sujeitos e da subjetividade.

Palavras-chave: História. Marcos sociais. Drogas.

**GT2:
SAÚDE E
INTERDISCIPLINARIDADE-
TEORIA,
METODOLOGIA
E PRÁTICA**

MODALIDADE PESQUISA CIENTÍFICA

PERCEPÇÃO DE RISCOS DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR QUANTO AO USO RACIONAL DE AGROQUÍMICOS

Ana Rosa Brissant de Andrade (FACESF)
Camila de Sousa Gomes (FACESF)
Gabriela Natielly Fonsêca Santos (FACESF)
Isadora Aynne Torres dos Santos (FACESF)
Ruth Vieira Cavalcanti (FACESF)

Sabe-se que Pernambuco é um estado com grande potencial agrícola e diversas cidades do Sertão como Belém do São Francisco, Petrolina, Cabrobó são produtores de Manga, Uva e cebola, sendo a agricultura uma forte atividade, no entanto, apesar de ser uma atividade de extrema relevância para o desenvolvimento da região, muitos agricultores trabalham em propriedades de forma informal durante a aplicação dos agroquímicos, não fazendo uso dos equipamentos de proteção individual, deixando-os expostos aos resíduos durante o período de aplicação. Sendo assim, o principal objetivo do trabalho é caracterizar o contexto e as práticas associadas ao uso de agroquímicos entre agricultores familiares, a fim de auxiliá-los com informações sobre os danos causados pelos agroquímicos, bem como conhecer as razões que levam este grupo a adotar tais práticas na agricultura familiar, neste trabalho também buscaremos opiniões e sentimentos destes trabalhadores em relação ao uso de agrotóxicos e suas implicações para a saúde. Para entender a percepção dos riscos, a pesquisa terá desenho do tipo descritivo, com utilização de técnicas qualitativas com entrevistas e observação dos participantes (trabalhadores rurais) e quantitativas com coleta e análises de dados, através de questionário. É esperado deste trabalho, confirmar na consciência de cada trabalhador, que as práticas rurais que envolvem a aplicação de agroquímico representem riscos potenciais à saúde, sendo então necessário articular a experiência no manejo dos agroquímicos e seu contexto de produção, sendo necessário a implementação de programas/ informações sobre a promoção da saúde dos trabalhadores rurais da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agroquímico. Saúde. Agricultura.

A FEMINILIDADE DURANTE O ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Ana Alícia Ivo Martins de Sá (FACESF)
Lucimary Bezerra F. A. Serapião (FACESF)

Introdução: Devido ao crescente número de idosos, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) feito em 2017 a população idosa chega a 30,2 milhões, sendo maior parte representada por mulheres e um aumento nas pesquisas relacionadas ao envelhecimento que vem mostrando cada vez mais a importância de entender e analisar o que se tem publicado no meio acadêmico, podendo refletir e observar esses estudos que possuem uma relevância no que se diz respeito a mudança cultural que se reflete nessa subjetividade, e no olhar voltado a mulher na sua fase de senescência e os aspectos da sua feminilidade. Para chegar na fase do envelhecimento, o sujeito traz consigo uma grande bagagem de experiências. Essas experiências constituem a sua subjetividade, proporcionando vivenciar seu envelhecimento de forma heterogênea. O envelhecer feminino sob o ponto de vista cultural/social vem se modificando durante os séculos, sendo este na contemporaneidade um aspecto do qual a mulher em suas diversas fases da vida vem ganhando espaços e representações sociais importantes. Um dos maiores precursores deste espaço é a inserção da mulher no mercado de trabalho. Nos dias atuais, a visão da mulher na fase de envelhecimento vem sendo de força, superação e estabilidade, dando a possibilidade de vivenciar essa fase da vida de maneira leve. Destaca-se que a feminilidade durante o envelhecimento, traz uma discussão relevante, atualmente, em vista de compreender e reforçar a importância da mulher e tudo que é atribuído às questões relacionadas ao seu gênero, o que lhe afeta à subjetividade e à sua forma de viver em sociedade. E, o que se pode descrever diante da feminilidade e suas nuances durante o envelhecimento é, sobre o aspecto cultural onde pesa muito sobre a mulher que vivencia esta fase, afetando de maneira direta e/ou indireta na sua subjetividade, podendo ser de maneira positiva e/ou negativa.

Objetivos: Considerando que o corpo da mulher sempre foi alvo de críticas e imposições de padrões dos quais deveria ser seguido, assim como, a sua sexualidade também é alvo de críticas; e que, conseqüentemente o envelhecimento da mulher é visto, culturalmente, de tal uma forma a neutralizar em alguns aspectos da sua feminilidade; esse estudo busca: 1. Identificar os estudos voltados a psicologia que falam sobre a feminilidade durante o envelhecimento; 2. investigar, entender e analisar os artigos que discutem essa temática, e 3. observar o que tem sido escrito sobre essa perspectiva, sendo crucial para um melhor entendimento do assunto e de importância para a sociedade de modo geral poder entender e se encontrar diante dessa feminilidade durante o envelhecimento. **Metodologia:** A metodologia empregada foi a revisão sistemática de literatura, sendo ela uma revisão integrativa de artigos publicados referidos ao tema, através dos bancos de dados, Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódico CAPES, PePSIC e Bvs-Psi, observando o ano de publicação do artigo no período de 2016 a 2021. Utilizou os seguintes descritores: “feminilidade”; “envelhecimento”; “feminilidade AND envelhecimento”. Foram selecionados 52 artigos nos sítios de pesquisa abrangentes aos critérios dos quais abordam sobre a feminilidade da mulher durante o seu envelhecimento, sendo de forma direta ou indireta. A partir da análise dos resumos e resultados foram descartados 36 artigos por não contemplarem os propósitos da pesquisa, restando 15 artigos para utilização, PePSIC (03) e Google acadêmico (11). OS dados foram

categorizados e agrupados em quatro (04) categorias temáticas: a primeira referente ao corpo idoso e feminilidade; a segunda, alusiva feminilidade de etnias; a terceira, visão social sobre a feminilidade; e a quarta, os aspectos do envelhecimento que causam sofrimentos. **Resultados:** Obteve-se uma crescente publicação nos últimos anos de artigos sobre esse conteúdo, identificando 06 (das 14 selecionadas para o estudo) dos artigos publicados em 2020. Desses estudos, em sua maioria, foi resultado de pesquisa qualitativa. sendo notada como prevalência entre os textos coletados, as referências sobre o climatério e autoestima durante o envelhecimento. Observando que, em sua maioria, os autores apresentaram discussões e reflexões sobre as diversas situações que a mulher em sua fase de envelhecimento sofre e seus aspectos relacionados a feminilidade. E sobre o sofrimento psíquico ou físico que é causado por aspectos do envelhecimento feminino. **Conclusão:** Os conhecimentos sobre o que é feminilidade e o que está sendo discutido como este aspecto em várias etnias, é ainda uma forma distorcida e atravessada por padrões discriminatórios e machista, mas que mesmo assim, esta temática na contemporaneidade vem sendo debatida e aos poucos se modificando. Apesar da crescente quantidade de publicação sobre o tema, é importante tratar sobre demais âmbitos da feminilidade da mulher durante essa fase da vida.

Palavras-chave: Feminilidade; Envelhecimento feminino; Psicologia.

O ESTUDO SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PSICOLOGIA EM FACULDADE DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Márcio Rubens de Oliveira (FACESF)
Uiainan de Carvalho Meneses (FACESF)
Rodrigo de Souza Pinho (FACESF)
Regislayne de Jesus (FACESF)

Introdução: Uma formação universitária e profissional que possibilite reflexões e problematizações sobre os diversos campos nos quais a sua atuação é possível torna-se fundamental para a ampliação do conhecimento e para a criação de estratégias e potencialidades no contexto do ensino e da extensão universitárias. É nesse sentido, que o Grupo de Pesquisa sobre gênero, diversidade sexual, sexualidade e psicologia – DIGESPsi, tem buscado possibilitar para estudantes do curso Psicologia da FACESF reflexões que buscam contribuir para as (inter)relações possíveis entre estes temas durante a formação universitária. Diversidade sexual, gênero e sexualidade são categorias potenciais e críticas para estudos em psicologia, uma vez que envolvem aspectos subjetivos, de identidade, psicossociais, idiossincráticos, entre outras coisas, que aproximam a ciência psicológica dessas discussões, sobretudo, na contribuição para o desenvolvimento de conhecimentos que possibilitem melhor compreensão sobre os fenômenos de natureza humana, essencialmente, daqueles relacionados às relações interpessoais e da vida psíquica. Além disso, considerar aspectos culturais relacionados ao tema é importante, tendo em vista que compreensões históricas, regionais e da cultura, potencializam impasses sobre discussões e entendimento referentes às variáveis que podem gerar preconceito e discriminação. O estudo e as reflexões sobre todas essas coisas, tem sido fundamental para o reconhecimento da necessidade do direcionamento de esforços da ciência e profissão psicológicas, na tentativa de melhor compreender as questões envolvidas com o tema, bem como, na busca por alternativas práticas capazes de ampliar os conhecimentos e pensar em estratégias de enfrentamento dos impactos gerados pelo preconceito e discriminação, relacionados a diversidade sexual, gênero e sexualidade. Os impactos desses estudos sobre a formação de psicólogas, psicólogos e psicólogues, também tem sido importante para ampliar as discussões sobre o tema, mas fundamentalmente, para interromper comportamentos eticamente reprováveis, mantenedores de preconceitos e geradores de sofrimentos históricos. **Objetivo geral:** Avaliar os impactos decorrentes dos estudos sobre diversidade sexual, gênero, sexualidade e psicologia, na formação de estudantes de psicologia em faculdade do sertão pernambucano. **Objetivos específicos:** Analisar as principais contribuições da psicologia para os estudos sobre diversidade sexual, gênero e sexualidade; Identificar como estudantes de psicologia avaliam a inclusão de estudos sobre diversidade sexual, gênero e sexualidade na formação acadêmica e profissional. **Método:** A pesquisa tem abordagem qualitativa e é de tipo exploratória e descritiva. O levantamento dos dados decorre da aplicação de questionário para avaliação sobre os impactos decorrentes dos estudos sobre diversidade sexual, gênero, sexualidade e psicologia, na formação de estudantes de psicologia em faculdade do sertão pernambucano. Os dados, uma vez tratados de forma categórica, serão analisados criticamente, à luz da teoria especializada. **Resultados:** Como os estudos ainda estão em fase de realização esperasse que possa contribuir para melhores compreensões sobre os impactos decorrentes dos estudos sobre diversidade sexual, gênero, sexualidade e psicologia, na formação de estudantes de

psicologia em faculdade do sertão pernambucano, bem como, para o fomento de pesquisas que considerem a realidade local, tornando mais eficientes, os conhecimentos oriundos dessa formação e da sua prática.

Palavras-chaves: Diversidade sexual. Gênero. Sexualidade. Psicologia. Formação.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM SBV FRENTE A PCR NO ÂMBITO EXTRA HOSPITALAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Douglas da Silva Nascimento (FACESF)
Ana Maria Lúcia Barros (FACESF)
Thayná da Silva Constantino (FACESF)

Introdução: As doenças cardiovasculares (DCV) estão entre as principais causas de morte tanto no Brasil quanto a nível global, sendo as doenças isquêmicas do coração uma das principais causas de parada cardiorrespiratória e conseqüentemente morbimortalidade. Segundo estudo divulgado pela OMS, as doenças cardíacas compreendem um total de 16% do total de mortes em todo o mundo representando um aumento de quase 7 milhões entre os anos de 2000 a 2019. De duas mil paradas cardiorrespiratórias que acontecem anualmente no Brasil, aproximadamente metade ocorrem em ambiente extra-hospitalar e na maioria dos casos com situações de ritmos chocáveis. Além do mais, as primeiras pessoas a chegarem nessas situações de risco eminente de vida são pessoas que não tem, ou dispõe de pouco conhecimento a respeito do SBV e PCR. **Objetivo geral:** Realizar revisão integrativa de literatura sobre a importância da educação em saúde em Suporte Básico de Vida (SBV) frente à parada cardiorrespiratória (PCR) em ambiente extra hospitalar. **Objetivos específicos:** Identificar segundo a literatura, quais os principais métodos utilizados na capacitação de leigos em SBV. Discutir a importância do conhecimento em primeiros socorros como objeto de educação em saúde na população leiga. **Método:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa. Realizou-se um levantamento bibliográfico nos bancos de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Scielo (Scientific Eletronic Library Online) de maio a outubro de 2021. Foram selecionados previamente 23 artigos. Após leitura na íntegra, foram selecionados 5 artigos que compuseram a amostra final para esta revisão. Os 18 artigos restantes foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão: Artigos em português, que atendam ao tema proposto e pergunta norteadora e artigos que não fossem de revisão. **Discussão teórica:** A literatura aponta que no Brasil, poucos leigos contam com algum conhecimento de SBV para assistirem de maneira satisfatória a uma vítima de PCR, sendo necessário capacitar cada vez mais a população para agir em situações de emergência, como em uma PCR por exemplo. A capacitação em Suporte Básico de Vida é então fundamental a ser realizada na população leiga, visto que são os primeiros a chegarem as vítimas de PCR em âmbito extra hospitalar. Conseqüentemente, uma vez que a população é treinada para essas situações de emergência, ocorrerá um aumento na taxa de sobrevivida das vítimas de PCR. Destacou-se também a importância dos primeiros socorros como objeto de educação em saúde em escolas tanto para alunos quanto para os profissionais da mesma.

Palavras Chaves: Educação em Saúde. Suporte Básico de Vida. Parada Cardiorrespiratória.

A ENFERMAGEM E SUA ATUAÇÃO NO CONTROLE DA ASMA AGUDA INFANTIL ATRAVÉS DE AÇÕES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ariojane Josenice Pereira Nascimento (FACESF)
Cindy Laiza Santos Almeida (FACESF)
Thayná da Silva Constantino (FACESF)

Introdução: A asma é uma doença crônica de caráter inflamatório com uma alta incidência, independente de faixa etária, ocupando espaço significativo como causa de mortalidade infantil. É responsável por estar entre as principais causas de internações hospitalares pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, ainda, por ocupar grande espaço na procura de consultas nas redes de Atenção Primária a Saúde (APS). Para que ocorra uma inversão nesses dados, é de fundamental importância que haja investimentos nas ações preventivas na atenção básica, de modo a capacitar a enfermagem para que essa classe promova com efetividade ações que possibilitem uma melhor qualidade de vida para essas crianças, e conseqüentemente para sua família. **Objetivo geral:** Unificar as literaturas sobre as práticas e ações de enfermagem descritas como eficientes no manejo da asma aguda infantil de modo a dispô-las em uma única leitura. **Objetivos específicos:** 1. Discutir a eficácia das ações educativas apresentadas nos artigos selecionados; 2. Analisar os resultados obtidos nas bibliografias em questão; e 3. Propor um manual com ações educativas eficazes afim de realizar prevenção a nível de setor primário de saúde. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de natureza descritiva, composta por artigos selecionados, utilizando às terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde que foram criados pela Biblioteca Virtual em Saúde. Foram incluídos artigos fundamentados na assistência de enfermagem frente à crise asmática infantil na Atenção Primária de Saúde, auxiliando na reabilitação do enfermo, dos pais, da família durante o processo de atendimento, publicados na língua portuguesa no período de 2017 a 2021. Foram excluídos artigos de revisão que não estavam relacionados com o tema. Foram utilizadas como fonte dos dados as bases bibliográficas Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). **Resultados:** Ao realizar a pesquisa nos dois bancos de dados citados foram identificados 125 artigos. Após realizado os filtros, obteve-se a amostra de 25 artigos nos quais foram lidos título e resumos para identificar aqueles que se relacionavam com a temática do estudo, identificando ao final o total de 14 artigos. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, ao que se diz o propósito deste estudo, restaram 5 artigos. Foi visto nos artigos que a implantação de um programa de controle da asma em Unidades de Saúde da Família que seja bem estruturado e efetivo resulta na redução dos atendimentos de urgência. Além de redução de custos para o estado, as estratégias de prevenção tornam viável que a criança portadora de asma possua qualidade de vida.

Palavras-chaves: Asma infantil. Enfermagem. Atenção primária.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PRESTADA À POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Emmanuelle Alves Santos (FACESF)
Analice Nogueira (FACESF)
Ariadne Clímaco (FACESF)
Ana Flávia Santos (FACESF)

Introdução: Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que resguarda o direito de toda a população a saúde, o sistema carcerário passou por inúmeras adaptações visando introduzir efetivamente esse direito para a população privada de liberdade (PPL). Para isso, em 2003 foi criado o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) que segue os princípios/diretrizes do SUS com o intuito de atender as especificidades desse público e respeitar os Direitos Humanos. Esse plano engloba as instituições penitenciárias, os presídios, as colônias agrícolas e os hospitais de custódia visando garantir que as ações de promoção, prevenção e atenção integral à saúde sejam eficazes podendo obter ou não o resultado 100% satisfatório. Entretanto, o sistema penitenciário lida com dificuldades para colocar esse plano em prática desde a sua promulgação e nesse contexto as equipes de enfermagem enfrentam desafios para sanar as falhas na cobertura assistencial vigente e exercitar as ações intersetoriais, com qualidade e eficácia, uma vez que o sistema prisional tem deixado de lado os aspectos de promoção à saúde. Para Silva (2020), as práticas de saúde no cárcere são norteadas por um modelo biomédico em que somente é empregado um olhar patológico sobre essa população e não holístico como é o indicado pelo SUS. Segundo a 12ª edição da Lista Mundial da População Carcerária, no Brasil há mais de 690 mil pessoas privadas de liberdade tornando o nosso país o terceiro maior no ranking mundial. Com o sistema superlotado, insalubre, recursos limitados, má administração e em alguns casos, descaso do governo, questionamos como se dá o processo saúde-doença nesse âmbito, enfatizando a assistência em enfermagem para essa população prisional, uma vez que esses profissionais são essenciais para viabilizar e otimizar o acesso as ações/intervenções de saúde. Considerando os princípios básicos do SUS: equidade, integralidade e universalidade, sabe-se que na rotina de uma unidade de saúde são enfrentados obstáculos para prestação desta assistência. Ademais, das várias formas que podemos exercer a cidadania, explorar as políticas públicas com efetividade faz parte dessa tarefa. As políticas públicas de saúde nascem diante da necessidade clamada pela sociedade, seja em aspectos sanitários e epidemiológicos ou em ações que visam preservar a individualidade do ser humano, especialmente o seu bem-estar físico e os seus direitos sociais. Todavia, não basta somente ofertar serviços de saúde para as pessoas em cárcere, mas deve-se assegurar que estas estejam recebendo de forma integral esses cuidados. Deste modo, no presente estudo visamos investigar por meio de uma revisão literária como são ofertados os serviços e ações de saúde para a População Privada de Liberdade. **Metodologia:** Esta pesquisa trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, que vem sendo realizada através do levantamento bibliográfico de materiais secundários publicados nos últimos cinco anos e disponibilizados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Logo, foram encontrados 279 artigos na BVS ao utilizar o descritor: “sistema penitenciário”. Para filtrar e diminuir a quantidade de artigos encontrados, foram escolhidos alguns critérios de delimitação, tais como, materiais com o texto completo disponível (212), artigos publicados no idioma Português (151), artigos publicados nos últimos 5 anos (65) e artigos com foco na enfermagem (restando 14). Em seguida foi

feita a leitura do resumo desse material, sendo excluídos 3 da análise desse estudo por não se encaixarem na temática central sendo selecionados 11 artigos para o estudo. **Resultados Observados:** Os artigos selecionados para a revisão trazem temáticas específicas, tais como o cotidiano da equipe de enfermagem no sistema carcerário, que tem enfrentado dificuldades administrativas, de mobilidade dos pacientes e de recursos, fomentando um sentimento de invisibilidade no profissional inserido nesse âmbito; os tratamentos de doenças sexuais nos presídios que são complexos e demonstram inúmeros déficits de comunicação e falta de informação entre a coordenação e os indivíduos em cárcere; os cuidados ofertados para as detentas que se encontram no período gestacional as quais relatam falta de infraestrutura que promova um bom desenvolvimento gestacional e a prática da amamentação, e as que se encontram no climatério, que relatam vários aspectos estressores, o que torna difícil a promoção da saúde destas. Os artigos abordam, ainda, as principais patologias que afetam os detentos como o HIV e a aids, e as narrativas acerca da assistência prestada no sistema penal as quais são caracterizadas como ineficientes devido as condições administrativas e organizacionais do sistema penitenciário. A distribuição dos anos dos artigos se deu da seguinte forma: quatro foram em 2020, quatro em 2019, e um em 2018, 2017, 2016. **Considerações Finais:** Foi possível identificar, nos estudos analisados, que a população carcerária não goza de uma assistência em enfermagem eficaz e qualificada resultando em inúmeros prejuízos, uma vez que o encarceramento imprime aos profissionais e aos presos cenários que não favorecem a promoção da saúde, como por exemplo as condições insalubres das salas, a alimentação inadequada, ausência de práticas de exercício, a dificuldade de deslocamento para atendimento, dentre outros fatores. Esse panorama é resultante da má administração dos presídios, da falta de infraestrutura e de ações que coloquem em prática as diretrizes do SUS e as orientações da PNSSP à qual foi criada justamente para sanar as problemáticas que essa população vivencia. Além disso, há ainda a ausência de fiscalizações que busquem efetuar o cumprimento da lei de execução penal 7.210 que garante a manutenção e preservação da saúde desse grupo. Outro ponto salientado tange a falta de projetos e cursos que busquem qualificar tanto os profissionais de enfermagem quanto os agentes penitenciários que lidam com os detentos para que estes sejam sensibilizados e trabalhem de forma humanizada. Urge, portanto, que haja uma reorientação do modelo assistencial efetuado no cárcere para que os presos tenham de fato acesso aos cuidados de saúde de forma integral, com exímia qualidade e seguindo os princípios do SUS. Ademais, destaca-se ainda a necessidade de uma reforma gestacional, de infraestrutura e sanitária dos presídios para promover um ambiente propício permitindo que a população carcerária se mantenha saudável, uma vez que esta é vulnerável e apresenta necessidades específicas a serem sanadas.

PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES ENFRENTADAS PELOS PACIENTES COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO DURANTE O SEU TRATAMENTO.

Emmanuelle Alves Santos (FACESF)
Jaclane Pereira de Melo Silva (FACESF)
Millena Pereira de Assis (FACESF)
Sarita Suleyma Menezes Duarte (FACESF)
Vitória Celeste Pereira de Barros (FACESF)

Introdução: O lúpus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença inflamatória crônica potencialmente grave. É caracterizada como uma doença de acometimento multissistêmica, pois atinge vários sistemas do organismo podendo muitas vezes levar à falência de órgãos vitais ou comprometer definitivamente suas funções. De natureza autoimune, a produção de anticorpos pode afetar qualquer área do corpo humano e apresentar uma série de manifestações clínicas (SKARE, 2016). Manifestações como o acometimento cutâneo, articular, hematológico, renal, neurológico, de serosas, pulmonar, cardíaco, vascular, de linfonodos, sistema digestivo, ocular e alterações endócrinas, o que demonstra sua complexidade (ROBALLO, 2019). Etiologia multifatorial (hormonal, ambiental, infecciosas). No seu tratamento, o LES necessita de uma atenção específica e criteriosa, pois pode ocasionar em algumas complicações para o paciente (MOREIRA, 2021). **Objetivo Geral:** Analisar as complicações mais comuns apresentadas nos pacientes com lúpus eritematoso sistêmico, durante o seu tratamento, a fim de entender como essas condições se desenvolvem nesse processo. **Objetivo específico:** Compreender quais são as complicações físicas, psicológicas e sociais mais comuns durante o tratamento do LES. **Marco Teórico:** É considerada uma enfermidade de caráter imprevisível, que atinge vários sistemas do organismo e que muitas vezes pode levar a falência de órgãos vitais ou comprometer definitivamente suas funções (MOREIRA, 2021). A doença cardiovascular (DCV) representa a mais importante causa de morbimortalidade. [...] e algumas classes de medicamentos, especialmente os corticosteróides, podem induzir a alteração do estado nutricional (MOREIRA, 2021). Tratamento medicamentoso com corticóides em pacientes com LES é comum, e sua relação com os níveis alterados de algumas substâncias no sangue, favorecem o desenvolvimento de DCV's. Segundo SKARE (2016) as infecções são uma das principais causas de morbimortalidade nessa doença. Seu tratamento deve abordar orientações gerais, que incluem também a educação do paciente sobre a doença e sua evolução. É importante destacar que o tratamento adequado, na grande maioria dos casos, permite sobrevida longa, produtiva e com boa qualidade da pessoa acometida (ROBALLO, 2019). **Metodologia:** Esta pesquisa trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, que vem sendo realizada através do levantamento bibliográfico de materiais secundários, publicados nos últimos cinco anos e disponibilizados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram "Lúpus" AND "Tratamento" (27.478), com os seguintes filtros: texto completo (11.321); base de dados: MEDLINE (10.731), LILACS (445) e, BDEF-Enfermagem (4); assunto principal: Lúpus Eritematoso Sistêmico (5.677); e o idioma em português (227), resultando em um total de vinte e um (21) artigos dos quais, após eliminação dos que não coincidiam com o objetivo da temática, foram selecionados nove (9) no final. **Resultados Parciais:** O tratamento da LES se baseia em terapia medicamentosa, e uma das classes mais recomendadas são os corticóides, os antimaláricos, os anti-inflamatórios não esteroidais, os imunossuppressores, que podem aumentar os riscos de desenvolvimento de infecções,

alem do uso de protetor solar devido a fotossensibilidade que o paciente manifesta durante o tratamento. Em alguns casos, suplemento de vitamina D considerando à síntese insuficiente de desse hormônio pelo próprio organismo do paciente. A partir dos artigos revisados constatou-se que o uso, principalmente de corticóides em longo prazo e em dosagens elevadas, pode ocasionar em complicações cardiovasculares, renais e ósseas. **Considerações finais:** dos nove (9) artigos revisados, quatro (4) deles relatavam que o uso de corticóides, em associação ou não com outros medicamentos, pode desencadear complicações cardiovasculares, ósseas e renais em sua maioria dos casos, durante o processo de tratamento do LES. Outro achado importante, esta relacionado com a incidência elevada de infecções em pacientes com Lúpus que fazem uso de fármacos imunossupressores como terapia medicamentosa do Lúpus, sendo destacado em três (3) dos artigos revisados.

Palavras-chave: Lúpus Eritematoso Sistêmico. Tratamento. Complicações.

GT2: SAÚDE E INTERDISCIPLINARIDADE- TEORIA, METODOLOGIA E PRÁTICA

**MODALIDADE RELATO DE
EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE
EXTENSIONISTA**

PLANTÃO PSICOLÓGICO REMOTO PARA UNIVERSITÁRIOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO

Larissa Kymberli Lopes da Silva

Shirley Macêdo

Júlio Cesar Nascimento Sol Posto Oliveira

Maianne Luiza Santos Pinheiro

Pâmala Moraes Bagano Rios

Núcleo de Cuidado ao Estudante Universitário do Semiárido (NuCEU/UNIVASF)

O sofrimento psíquico no contexto universitário contemporâneo tem sido fonte de pesquisas e intervenções em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) no mundo. Autoras(es) têm elencado fatores de risco, que envolvem tanto as relações interpessoais estabelecidas nas academias, como a infraestrutura institucional, as metodologias de ensino e de avaliação, assim como a história pregressa dos sujeitos e seus contextos sociais mais amplos (Auerbach, 2016; FONAPRACE, 2014; Graner & Ramos-Cerqueira, 2016; Padovani et al., 2014). Diante destes fatores, para além do sofrimento psíquico intenso, essa comunidade tem sido afetada por transtornos mentais e do comportamento, como também por comportamento suicida (Cambricoli & Toledo, 2017; Dutra, 2012). No entanto, é possível se pensar em fatores de proteção que podem levar a uma vida acadêmica menos conteudista e voltada ao mercado de trabalho, mais feliz e focada na qualidade de vida e na saúde mental dessas pessoas, a exemplo de grupos operativos; grupos interventivos; psicoterapia e plantão psicológico (Bezerra, Moura & Dutra, 2021; Oliveira & Cipione, 2008; Macêdo, 2018; Osse & Costa, 2011). Diante desse cenário de sofrimento psíquico e adoecimento por parte deste público, o Núcleo de Cuidado ao Estudante Universitário do Semiárido (NuCEU), surgiu em 2018, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), vinculado como projeto aos Programas de Extensão PIBEX, ao Colegiado do curso de Psicologia e ao Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPPSI), serviço escola da instituição. Trata-se de um projeto que tem por missão o acolhimento, a escuta, o cuidado e a promoção de qualidade de vida e saúde mental às(os) estudantes e, atualmente, também a familiares dessas(es) discentes, suas/seus docentes e demais colaboradoras(es) de suas instituições, sejam públicas ou privadas. O NuCEU é coordenado por uma docente psicóloga, tem um(a) bolsista anualmente e conta com várias(os) estudantes voluntárias(os), colaboradoras(es) e estagiárias(os). Além disso, tem parceria com outros colegiados da UNIVASF (Educação Física, Farmácia, Administração e Artes Visuais) e com profissionais das mais variadas áreas, principalmente psicólogas(os) egressas(os) da instituição. Até março de 2020, de forma interdisciplinar, o NuCEU realizava atividades presenciais como atendimentos emergenciais, atendimentos individuais, palestras, grupos interventivos, integração de calouras(os), oficinas pontuais, oficinas de escuta, rodas de conversa, participação em eventos e produção de resumos e artigos, reuniões estratégicas com possíveis parceiras(os), supervisões semanais, plantão psicológico no CEPPSI e itinerante em diversos *campi* universitários da região do semiárido nordestino. No entanto, diante dos impactos da pandemia da COVID-19 e da medida de distanciamento social para contenção da contaminação por COVID-19, que causaram mudanças nos modos de ser e estar no mundo, o núcleo precisou reconfigurar suas atividades para se adaptar às práticas remotas. Neste cenário pandêmico, destaca-se que as IES tiveram que modificar seu funcionamento, suspendendo aulas presenciais e passando a adotar o Ensino Remoto Emergencial (ERE) para garantir continuidade de seus calendários letivos e respeitar portarias do

Ministério da Educação, como a Nº 544 (16/06/2020), assim como o Parecer nº 19 (08/12/2020), do Conselho Nacional de Educação, que estendeu o ERE até 31 de dezembro de 2021. O ERE modificou totalmente o processo de ensino e aprendizagem das IES que tinham todas as suas atividades presenciais. As(os) alunas(os) tiveram que se adaptar, passando horas sentados na frente de uma tela ou tentando diminuir a procrastinação, já que em casa possuíam vários distratores, e, em muitos casos, inclusive tiveram que conciliar o estudo com trabalho que precisou ter com o início da pandemia e seus reflexos na economia. Não só as(os) discentes, mas as(os) docentes também tiveram que passar por esse processo de adaptação, principalmente ao uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, tendo que recriar seu modelo de lecionar, avaliar, contabilizar presença e procurar uma forma de ensinar os conteúdos/atividades que possuíssem a mesma qualidade de aprendizado presencial. A família também teve que modificar sua rotina com suas/seus filhas(os) em casa em tempo integral e tentando criar um espaço tranquilo para que elas(es) pudessem aprender. Porém dadas as condições de muitas(os), ficou inviável. A família das(os) docentes também tiveram suas rotinas alteradas, pois necessariamente teriam que delimitar espaços e tempo para respeitar o momento de trabalho em casa. Considerando-se que a pandemia da COVID-19 provocou muitos adoecimentos psicológicos pela gravidade da situação, falta de trabalho, pessoas morrendo e distanciamento social, esse novo modo de estudar, aprender e ensinar, terminou impactando na intensificação do quadro adoecedor. Estudos demonstram que estudantes universitárias(os) vêm sofrendo com a perspectiva de perder os semestres ou adiar a conclusão do curso, assim como docentes têm precarizadas mais e mais suas condições e relações de trabalho (Avelino e Mendes, 2020; Barreto & Rocha, 2020; Hodges et al., 2020; Silva et al., 2020). Muitas dessas pessoas estão apresentando ansiedade, pânico, medo e insegurança devido às inúmeras exigências e impasses, consequência do contexto pandêmico (Gundim et al., 2020). Todos esses fatores combinados, influenciam no desempenho acadêmico da(o) estudante e suas relações interpessoais para além da universidade; assim como impactam o cotidiano de trabalho das(os) docentes. Nesse contexto pandêmico, em que o contato está se dando, principalmente, através das telas, há carência de vínculos, de investimento afetivo e fragilidade nas relações, o que potencializa a vulnerabilidade ao sofrimento psíquico e ao adoecimento mental entre universitárias(os), docentes e demais trabalhadoras(es) da educação, devido às novas condições de trabalho. Nota-se que tem se intensificado a exploração da força de trabalho, condição de precarização, competição, falta de reconhecimento e valorização profissional. Como consequência, tem-se sujeitos sofrendo com mais tensão, estresse e menos motivação para produzir. Logo, mais vulnerável psicologicamente (Pereira, Santos, Manenti, 2020). Na nova realidade acadêmica há inúmeros trabalhos, demandas de atividades síncronas e assíncronas, de pesquisa, de projetos, entre outros, o que favorece sentimentos de cobrança constante, fruto do sistema que prioriza o produtivismo acadêmico e a alta performance, que incita resultados com patamares cada vez mais elevados (Oliveira, Pereira & Lima, 2017). Diante disso, surgiu a necessidade de criar uma rede de apoio que beneficiasse as(os) envolvidas(os) neste contexto. Por isso, o presente relato de experiência foca uma das modalidades de atendimento psicológico ofertada pelo NuCEU a este público, o Plantão Psicológico, que vem sendo desenvolvido de modo remoto, tendo por objetivo apresentar como o serviço foi ofertado para todo o Brasil no período de agosto a outubro/2021, ressaltando a importância do mesmo como dispositivo de cuidado, proteção e promoção de saúde mental de todas(os) envolvidas(os). Partimos do princípio de que este serviço é uma modalidade clínica

de atendimento pontual, a qual se caracteriza pelo acolhimento da pessoa que se encontra em sofrimento psíquico, bem como, pela escuta atenta e cuidadosa, direcionada ao desenvolvimento de potencialidades dessa pessoa, tendo um potencial transformador (Cardoso, 2020). A(O) plantonista tenta compreender o fenômeno que surge no aqui-e-agora, acolhendo a experiência tal como é vivida pela pessoa. Possibilita novos posicionamentos e o resgate a uma maior autonomia emocional. Essa modalidade pode ser um meio de atendimento emergencial ou a porta de entrada para uma possível psicoterapia, e, além disso, pode ser uma modalidade adequada a contextos institucionais, por reunir o tripé ensino-pesquisa-intervenção (Pereira et al., 2021). De acordo com Doescher (2012), o Plantão Psicológico é visto como encontro da urgência, compreensão do sofrimento e do impacto deste sobre a(o) sujeito no exato momento do atendimento, onde a(o) plantonista se propõe a despir-se de julgamentos para acolher integralmente o que é dito e sentido, numa tentativa de cuidar. Para tanto, a realização dos atendimentos seguiu os aspectos éticos e técnicos da Psicologia, presentes no Código de Ética da(o) Psicóloga(o) (CFP, 2005), e o NuCEU contou com a parceria psicólogas(os) egressas(os) da UNIVASF, atuantes em diversas abordagens da Psicologia e espalhados por diversas cidades do Nordeste. Visando uma melhor organização e desenvolvimento dos atendimentos, foi feito um documento orientador contendo diretrizes para a oferta do Plantão Psicológico, que previa o monitoramento do serviço por um(a) estudante extensionista, que prestaria toda a assistência para a oferta do plantão: desde a divulgação pelas redes sociais até inscrição e acompanhamento do atendimento junto a(o) psicóloga(o) colaborador(a). Para tanto, foi organizada uma tabela com disponibilidades de horários das(os) psicólogas(os) e monitoras(es). Para participar, a(o) usuária(o) deveria preencher um formulário publicado semanalmente sempre entre as 8:00 e as 20:00h na página do *Instagram* do NuCEU, que continha questões que envolviam informações pessoais e acadêmicas, além de solicitar comprovação de vínculo com a IES da qual a(o) usuária(o) fazia parte. O serviço foi ofertado sempre às sextas-feiras, pela Plataforma *Meet*, do domínio *GSuite* da UNIVASF, tinha duração de cerca de 50 minutos a uma hora de sessão por cliente, sendo atendidas(os) de uma a três pessoas por plantão, conforme disponibilidade da(o) psicóloga(o) colaborador(a). Cada pessoa poderia ser atendida até duas vezes por profissionais diferentes, com o intuito de não se estabelecer vínculo terapêutico como propõe uma das características da modalidade de Plantão Psicológico. No total, participaram 12 profissionais e 24 extensionistas entre titular e suplente; inscreveram-se 54 interessadas(os) em serem atendidas(os). Usuárias(os) que não eram contempladas(os) pelas vagas de inscrições compunham uma lista de espera, para caso algum(a) participante desistisse ou houvesse alguma intercorrência. Após a realização dos atendimentos, a(o) psicóloga(o) e a(o) extensionista produziam os registros para serem armazenados no banco de dados/prontuários do CEPPSI e conversaram sobre os casos, que eram relatados na reunião de supervisão pelas(os) extensionistas à coordenadora do núcleo, uma vez que, essa prática do compartilhamento da experiência é potente para produzir sentidos que favoreçam o desenvolvimento da escuta do estudante de Psicologia extensionista. Assim, a supervisão dos casos atendidos foi uma forma das(os) extensionistas compartilharem suas experiências, seus medos e anseios, de aprenderem com as(os) colegas do grupo, de desenvolverem sua atitude e escuta clínica e de articular, através da prática, os conhecimentos adquiridos durante a formação (Sei & Paiva, 2011). A supervisão, portanto, permite o reconhecimento do processo de vir-a-ser da pessoa, desde que as(os) extensionistas são levadas(os) a compreender os sentidos implícitos na história

da pessoa atendida, tendo possibilidade de ampliar seu olhar sob os aspectos mobilizados e seu conhecimento para lidar com determinadas demandas. As idades das(os) inscritas(os) variaram entre 18 e 40 anos, a maioria do gênero feminino e de instituições públicas, tendo sido contempladas(os) 22 usuárias(os), de comunidades acadêmicas e cursos diversos de seis estados brasileiros, em sua maioria, discentes. Dentre os cursos, destacam-se Psicologia, Farmácia e Ciências Contábeis. As principais queixas giraram em torno de questões como ansiedade, depressão, luto e relações amorosas/familiares fragilizadas, causadas ou agravadas pela COVID-19, que afetou profundamente as dinâmicas sociais. As demandas foram identificadas através do discurso das(os) próprias(os) inscritas(os) no decorrer dos atendimentos e a partir do acolhimento e manejo realizado foi possível tecer possibilidades tanto de enfrentamento dos problemas apresentados no aqui-agora, quanto identificação de uma demanda mais complexa e o encaminhamento para um processo terapêutico mais longo, a depender da complexidade das falas (queixas) apresentadas. Ao final de cada atendimento, era questionado à pessoa sobre como a(o) mesma(o) saía daquele encontro. De modo unânime, todas(os) as(os) atendidas(os) relataram alívio para as suas angústias e queixas. Desse modo, percebe-se que, ao compartilhar as experiências com as(os) plantonistas, as(os) usuárias(os) compartilharam sentidos, aliviando seus sofrimentos e elaborando estratégias de enfrentamentos. Ademais, algumas dificuldades foram surgindo, como a falha de conexão, visto que todos os plantões foram on-line e uma queda ou uma internet ruim podia acarretar problemas de compreensão e comunicação. Um desafio enfrentado foi a diminuição na procura, principalmente no final dos calendários letivos das instituições públicas, apesar das publicações feitas nas redes sociais (*Instagram, WhatsApp, Facebook e E-mail*) serem bem massivas. Isso favorece refletir sobre o motivo da alta procura no início do projeto e sua queda ao final do semestre, assim como das desistências. Talvez o período de provas ou o receio de demonstrar fraqueza, a rotina acadêmica ou até mesmo a falta de conscientização sobre questões relacionadas à saúde mental sejam o que interfere na busca pelo cuidado de si, assim como já apontou Macêdo (2018). Outra dificuldade diz respeito à falta de um espaço adequado, com pouca privacidade ou interrupções, principalmente das(os) familiares da pessoa que estava em atendimento, o qual poderia gerar uma quebra de raciocínio e sentimento de insegurança pela pessoa. Para além disso, o próprio Plantão Psicológico apresenta suas limitações devido o seu caráter ser emergencial, em que se prioriza apenas o acolhimento ao sofrimento e não solucionar ou amenizar problemas que a pessoa está passando no momento ou aprofundar assuntos que demandam ajuda mais delongada. No entanto, o plantão psicológico remoto do NuCEU permitiu a ampliação dos atendimentos, uma vez que, algumas(uns) psicólogas(os) realizaram o atendimento mesmo estando em outra região e ainda, qualquer pessoa do Brasil poderia participar, ou seja, superou a distância geográfica que um plantão presencial não favorece. Também possibilitou a aproximação e melhoria no uso das ferramentas digitais utilizadas pelas pessoas envolvidas, já que as(os) extensionistas puderam experienciar a prática da escuta clínica antes do estágio profissionalizante, e de formato remoto, o que viabilizou o amadurecimento acadêmico significativo, principalmente ao se considerar que o atendimento psicológico remoto tem se tornado uma larga oferta de serviço à população. Conclui-se, portanto, que, apesar das limitações da modalidade remota, o plantão psicológico resguarda o cuidado com a comunidade acadêmica e favorece aos profissionais e estudantes que atendem, a possibilidade de cuidar das pessoas no exato momento em que elas buscam ajuda, independente de onde elas estiverem.